



PROCEDIMENTO N.º 8121/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS

PROGRAMA

**Serviço de Aprovisionamento
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.**

PROCEDIMENTO N.º 8121/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS

PROGRAMA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E SEU OBJETO

1. O presente Concurso tem por objeto a celebração de um contrato de prestação de serviços para fornecimento de refeições confeccionadas para o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. (HDF, EPE), de acordo com o Anexo A e seguintes do Caderno de Encargos.
2. Os serviços a adquirir inserem-se na categoria 55500000-5, descrita como “Serviços de cantinas e de fornecimento de refeições (catering)” constante do regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).
3. Conforme estipulado no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18º a 21º do CCP), propõe-se a adoção de Concurso Público Internacional, conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt.

ARTIGO 3.º

DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração, datado de 30 de maio de 2023.

ARTIGO 4.º

CONSULTA DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO E RESPETIVO FORNECIMENTO

1. A participação no presente Concurso e o acesso às peças do procedimento, está disponível através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço eletrónico www.acingov.pt
2. Para efeitos do disposto no número anterior os interessados podem obter cópias do processo de concurso, desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo as cópias disponibilizadas através da plataforma eletrónica.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no ponto 2., onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 5.º

ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças procedimentais os constantes no n.º 2 do artigo 50.º do CCP. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados.
3. Os esclarecimentos a que se refere no n.º 1, serão prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Por delegação de competências do órgão competente para a decisão de contratar, são prestados pelo júri do procedimento.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, onde deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 1, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica Acingov e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças concursais a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

ARTIGO 6.º

CONCORRENTES

Podem apresentar proposta qualquer entidade, pessoa singular ou coletiva, que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 7.º

AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, que exerçam atividade objeto do procedimento, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo anterior, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.

3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

ARTIGO 8.º

IMPEDIMENTOS

Sem prejuízo do disposto no artigo n.º 55-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades relativamente às quais se verifique alguma situação prevista no artigo n.º 55.º do CCP.

CAPÍTULO II - PROPOSTAS

ARTIGO 9.º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17h00m inclusive, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e deverá estar assinada em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 88/2009 de 09 de abril e na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto. A aposição de assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que constituem a proposta.
3. A mera assinatura eletrónica de ficheiros de agregação ou desagregação de documentos (ex. “pdf.” e/ou “zip.”) ou equivalentes, que contenham vários documentos, não será admissível. Assim, devem os concorrentes assinar individualmente todos os documentos constituintes do ficheiro, nos termos do número anterior.
4. Nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma o documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, conforme o n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015 de 17 agosto.
5. Em proposta apresentada por um agrupamento concorrente, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
6. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, que tenham poderes para o obrigar. Sempre que a proposta seja assinada pelo procurador, juntar-se-á a procuração que confira a este esse efeito, devidamente legalizada.
7. O não cumprimento dos números anteriores é motivo de exclusão da proposta.

ARTIGO 10.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida apresentação de propostas variantes (de acordo com o artigo 59.º do CCP), pelo que o concorrente apenas poderá apresentar a proposta base.

ARTIGO 11.º

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) DEUCP;
 - b) Formulário da Proposta com as condições de pagamento, prazo de manutenção da proposta, vigência do contrato;
 - c) Equipamento a colocar nas instalações do HDFF, EPE;
2. Os preços unitários constantes da proposta são indicados em algarismos, arredondados à terceira casa decimal e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para explicitar os termos da mesma.
4. Todos os documentos que integram a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou seus representantes legais.
5. Os documentos previstos nos números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme dispõe o n.º 1, do artigo 58.º, do CCP.

ARTIGO 12.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias, a contar da data limite para a entrega das propostas, sendo prorrogado por iguais períodos para os concorrentes que nada requererem em contrário.

CAPÍTULO III – ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 13.º

LEILÃO ELETRÓNICO

1. Na sequência da análise das propostas e antes das decisões de adjudicação, a entidade adjudicante convidará os concorrentes que tenham apresentado propostas admissíveis, a participar num leilão eletrónico, destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente os preços apresentados nas suas propostas, através da plataforma Acingov.
2. O convite indica:
 - a) Concorrentes admitidos, com indicação das propostas apresentadas e data de envio;
 - b) Indicação do Tipo de leilão;
 - c) Data e hora do início do leilão;
 - d) Modo de encerramento do leilão.
3. Para efeitos do disposto no n.º 1, o leilão eletrónico obedece às seguintes regras:
 - a) Será adotado o leilão tipo inglês decrescente, que se caracteriza por permitir várias licitações decrescentes relativamente ao preço base previamente fixado (antes do início do leilão).
 - b) No leilão os concorrentes licitarão sobre o preço global da proposta sendo que daí nunca poderá resultar um aumento dos preços unitários por si apresentados nas propostas;
 - c) Os valores a licitar não incluem IVA;

- d) O leilão terá a duração de 1 (uma) hora
- e) O decremento mínimo entre licitações será de: 100€ (cem euros). Existindo licitação o leilão é prorrogado por dois minutos. Caso não haja licitação/decremento o leilão encerrará.
- 4. O leilão poderá não ocorrer, desde que o Júri verifique que foi apresentada uma única proposta admissível.

ARTIGO 14.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, MODELO DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. A adjudicação da proposta será feita, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP, da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate, será adjudicada a proposta com menor prazo de execução. Se subsistir o empate será a realização sorteio que irá determinar a ordenação final das propostas. Para tal deve a entidade adjudicante convocar os concorrentes empatados, para a realização de sorteio, que se realizará em data e local a fixar, sendo que o mesmo irá decorrer da seguinte forma:
 - a) A data, hora e local em que ocorrerá o sorteio será comunicada a todos os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias;
 - b) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
 - c) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
 - d) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
 - e) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.
3. O concorrente que não comparecer ao sorteio na hora marcada será substituído por um membro do júri quer no lançamento do dado quer para retirar a bola.
4. Do procedimento o júri lavrará ata que descreverá o ocorrido e que será lida e assinada pelo júri e pelos concorrentes presentes.

ARTIGO 15.º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Cabe ao órgão competente a decisão de adjudicação da proposta e a notificação da sua decisão à entidade convidada até ao termo do prazo da obrigação de manutenção da proposta.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 81.º do CCP.
3. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, na sua redação atual;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil e Acidentes de Trabalho para os colaboradores.

- d) Declaração comprovativa de possuírem os serviços organizados de SST, com indicação do responsável de segurança do serviço ou cópia do relatório único.
- e) Documento comprovativo da formação a que os funcionários foram submetidos em matéria de SST. (artigo 20.º da Lei n.º 102/2009 de 10 Setembro) relacionado com as atividades que vão desempenhar, riscos existentes.
4. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante. Caso os documentos não venham em língua portuguesa, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Sempre que sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, a Entidade Adjudicante concede um prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, para que o Adjudicatário as possa suprir.
7. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os diversos membros do agrupamento devem apresentar os documentos referidos na alínea a) e b) do n.º 1 do presente artigo, bem como os documentos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 84.º do CCP, caso a atividade por esse membro desenvolvida requeira a titularidade dos referidos alvarás, licenças e autorizações.
8. Todos os concorrentes serão notificados em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pela Entidade Adjudicante com indicação do dia em que ocorreu essa apresentação e os documentos da habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma.

CAPÍTULO IV – CONTRATO

ARTIGO 16.º

APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. Simultaneamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, aprova a minuta do contrato.
2. A minuta de contrato é enviada ao adjudicatário para aceitação, juntamente com a notificação de adjudicação.
3. As reclamações contra a minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de dez dias a contar da apresentação, a entidade adjudicante comunica ao reclamante a sua decisão.
5. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que a entidade adjudicante se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 17.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de trinta dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Terem decorrido 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Terem sido apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando aplicável;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. O contrato é outorgado pela entidade adjudicante ou por quem detenha poderes delegados para a mesma, e pelo representante legal do adjudicatário.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 18.º

CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, deverá ser prestada uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação que lhe for feita da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
3. A caução deverá ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 19.º

ENCARGOS DOS CONCORRENTES

1. São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 20.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Todas as comunicações, notificações e solicitações de entrega de documentos/informação adicional deverão ser efetuadas através da plataforma eletrónica mencionada no ponto 2 do presente Programa, na funcionalidade mensagens/comunicações.

ARTIGO 21.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente concurso é regulado pelo Código dos Contratos Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo Garantia Bancária

O (Banco/seguradora), com sede em , pessoa coletiva n.º , com o capital social de Euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de , sob o n.º , vem pelo presente documento, prestar a pedido e em nome de (empresa adjudicatária) na posição de ordenador/tomador, pessoa coletiva n.º , com domicílio em , uma (garantia bancária ou seguro caução) autónoma(o), à primeira solicitação, a favor do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., com sede na Rua do Hospital – Gala, 3094-001 Figueira da Foz, no valor de Euros (extenso), correspondente a % (identificar %), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que empresa adjudicatária ordenadora/tomadora assumirá no contrato que com ela o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., vai outorgar e que tem por objeto a intervenção - (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a entregar imediatamente quaisquer quantias que se tornem necessárias, até ao limite do seu valor e que lhe sejam reclamadas, à primeira solicitação, pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o ordenador/tomador possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a empresa adjudicatária assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Figueira da Foz, _____ de _____ de 20_____